



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

1 CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no vigésimo  
2 dia do mês de junho de 2017, na Sala de Reuniões Darcy Ribeiro da Secretaria de  
3 Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), sito Avenida Mauro Ramos,  
4 722. Florianópolis/SC foi realizada a 5ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do  
5 referido ano, sob a coordenação da Presidenta Conselheira Titular Sheila Sabag,  
6 representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos  
7 Reprodutivos (RNF). A 5ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das  
8 Conselheiras Titulares e Suplentes, representantes das Organizações Governamentais:  
9 Conselheira Titular e Vice-Presidenta do CEDIM/SC Patrícia Maria Zimmermann  
10 D'Ávila, representando a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP); Conselheira  
11 Titular Fabiana Lopes Ribeiro, representante da Secretaria de Estado do  
12 Desenvolvimento Econômico e Sustentável (SDS); Conselheira Titular Ariane Emí  
13 Nakamura, representante da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL);  
14 Conselheira Suplente Otilma Aparecida de Souza, representante da Procuradoria Geral  
15 do Estado (PGE); Conselheira Titular Luz Marina Stradioto Steckert, representante da  
16 Secretaria de Estado do Planejamento (SPG); Conselheira Titular Juliana Terezinha  
17 Martins, representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e  
18 Habitação (SST); Conselheira Suplente Silvia Rita Glinski Sefrim, representante da  
19 Secretaria de Estado da Administração (SEA); e Conselheira Titular Flávia de Mattos  
20 Motta, representante da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/LabGef).  
21 Participaram também as Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das  
22 Organizações Não Governamentais: Conselheira Suplente Etel de Oliveira Monteiro,  
23 representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheira Suplente Arlete  
24 Carminatti Zago, representante da Associação de Mulheres de Negócios da Grande  
25 Florianópolis (BPW); Conselheira Titular e Primeira Secretária do CEDIM/SC Carmem  
26 Vera G. Vieira Ramos, representante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG);  
27 Conselheira Suplente Daniele Soares de Almeida, representante da Federação dos  
28 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC); Conselheira  
29 Titular Ana Maria Sokacheski, representante da Casa da Mulher Catarina; e Conselheira  
30 Titular Eva Santos da Rosa, representante da Associação Brasileira de Portadores de



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

31 Câncer (AMUCC). Estava presente na 5ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, a  
32 Secretária Executiva Fabiana de Souza. Justificaram ausência pelo aplicativo *WhatsApp*  
33 ou e-mail: Conselheira Titular Adriana Mafra Marghoti, representante da Secretaria de  
34 Estado da Educação (SED); Conselheira Aretusa Larroyd, representando a  
35 Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM/SC); Conselheira Suplente Adriana Maria  
36 Aparecida da Silva, representante da Federação Catarinense de Mulheres (FMC);  
37 Conselheira Suplente Angélica Luersen, representante da Universidade Comunitária da  
38 Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); e Conselheira Titular Maria Simone Pan,  
39 representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES). A 5ª Reunião Plenária Ordinária  
40 teve a seguinte pauta: 1. Levantamento do Quorum; 2. Aprovação da Ata da 3ª Reunião  
41 Plenária Ordinária, realizada em 04 de abril de 2017 e da 4ª Reunião Plenária Ordinária,  
42 realizada em 02 de maio de 2017; 3. Participação das Conselheiras no Projeto  
43 “Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres e Cidadania”; 4. Frequência das  
44 Conselheiras Titulares e Suplentes do CEDIM/SC em Plenárias e Reuniões de  
45 Comissões Temáticas; 5. Minuta de Resolução sobre o funcionamento das Comissões  
46 Temáticas do CEDIM/SC; 6. Plano de Trabalho da Comissão Temática do Plano  
47 Estadual de Políticas para as Mulheres; 7. Informes das Comissões Temáticas; 8.  
48 Informes Gerais; 9. Encerramento. A Presidenta do CEDIM/SC cumprimentou as  
49 participantes e após o levantamento do quorum, perguntou a todas se haviam lido a Ata  
50 da 3ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 04 de abril de 2017 e da 4ª Reunião  
51 Plenária Ordinária, realizada em 02 de maio de 2017 que foram encaminhadas por e-  
52 mail pela Fabiana de Souza. As conselheiras responderam afirmativamente e ambas as  
53 atas foram aprovadas. Em continuidade a pauta, foi tratado sobre a participação das  
54 conselheiras no Projeto “Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres e  
55 Cidadania”, Sheila pediu que as conselheiras que haviam participado das reuniões  
56 preparatórias junto as Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) ou na execução  
57 das atividades desenvolvidas no Projeto “Campanha Permanente Unidades Móveis  
58 fizessem um breve relato sobre a participação, para que se pudesse pontuar os aspectos  
59 positivos e os aspectos que consideravam relevantes a adequação. Carmem falou que  
60 junto a Daniele participaram das atividades do Projeto “Campanha Permanente



61 Unidades Móveis nos municípios de Nova Trento e Blumenau. Carmem falou que no  
62 primeiro município a unidade móvel foi deslocada para uma comunidade do interior  
63 onde a rede setorial daquele município atendeu um número pequeno de mulheres, mas  
64 de maneira efetiva. Em Blumenau, as atividades junto a unidade móvel foram realizadas  
65 em área urbana, no Bairro Vila Itoupava, não cumprindo segundo Carmem, as  
66 finalidades do Projeto Campanha Permanente Unidades Móveis. Carmem e Daniela  
67 relataram que ouviram relatos sobre a falta de tempo hábil para a mobilização e  
68 organização da rede setorial do município de Blumenau, sendo observada por ambas as  
69 conselheiras, a ausência de articulação efetiva entre a rede setorial do município no  
70 desenvolvimento das atividades. Carmem reiterou a necessidade de que o cronograma  
71 fosse divulgado com antecedência a todas as ADRs e que fosse solicitado pelo  
72 CEDIM/SC, uma Reunião do Fórum de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do  
73 Campo, da Floresta, das Águas e Quilombolas. Juliana e Luz Marina complementaram  
74 que se fazia necessário maior tempo para mobilização, sensibilização e orientação aos  
75 municípios para que compreendessem o objetivo do desenvolvimento das atividades do  
76 Projeto Campanha Permanente Unidades Móveis. Daniele falou que se fazia importante  
77 considerar que a Coordenadora Estadual da Mulher Aretusa Larroyd não disponibilizava  
78 de recursos humanos suficientes para o desenvolvimento de todas as atribuições da  
79 CEM/SC. Carmem e Daniela mencionaram que a presença do CEDIM/SC nas  
80 atividades foi muito importante, no entanto compreendiam a necessidade de  
81 readequação das ações desenvolvidas previamente com as ADRs. Flávia perguntou  
82 quais os materiais que foram panfletados durante as atividades. Daniele respondeu que  
83 materiais produzidos pelos municípios. Carmem complementou que não foram  
84 confeccionados materiais pelo Estado para serem divulgados nas unidades móveis.  
85 Flávia sugeriu que seria importante a confecção de materiais informativos referentes  
86 processo que originou a execução Projeto Campanha Permanente Unidades Móveis.  
87 Juliana perguntou como foi a interlocução junto as crianças. Carmem respondeu que foi  
88 conversado sobre a violência na escola e qual a percepção delas diante das várias formas  
89 de violência. Juliana mencionou que os atendimentos às mulheres e crianças devem ser  
90 realizados por profissionais habilitados e em local sigiloso e concluiu sua fala



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

91 referendando que as equipes da proteção social básica e da proteção social especial dos  
92 municípios estariam fragilizadas, visto a incompletude das equipes e o pouco recurso  
93 investido pelo poder público. Ana Maria ratificou a fala de Juliana mencionando que a  
94 Assistência Social nos municípios encontrava-se muito fragilizada, principalmente pelo  
95 pouco investimento do poder público a esta política. Ana Maria pontuou a importância  
96 de participação nas conferências municipais de assistência social como forma de  
97 identificar e propor adequações e investimentos na referida política. Quanto a sua  
98 participação nas atividades Projeto Campanha Permanente Unidades Móveis, Ana  
99 Maria mencionou que acompanhou as atividades desenvolvidas no município de Porto  
100 Belo e que o evento foi coordenado pela Fundação Municipal de Cultura. Ana Maria  
101 falou que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Belo teve pouco  
102 envolvimento nas atividades e que um dos fatores condicionantes para o efetivo  
103 envolvimento seria a articulação concreta junto aos conselhos municipais quanto aos  
104 informes e mobilização para as atividades. Ana Maria falou ainda que as ações foram  
105 desenvolvidas em uma localidade rural, próximo a equipamentos comunitários, entre  
106 eles, uma escola e uma unidade de saúde. Foi verificada uma efetiva articulação da rede  
107 setorial do município nas ações desenvolvidas, no entanto, Ana Maria mencionou que  
108 as ações junto as unidades móveis poderiam acontecer independentemente da presença  
109 de tais unidades, embora chamassem a atenção das pessoas que por lá circulavam.  
110 Concluídos os relatos, a presidenta mencionou que Aretusa não estava presente na  
111 Plenária, pois estava participando de uma Reunião Nacional dos Organismos de  
112 Políticas para as Mulheres (OPMs) em Brasília. Sheila mencionou que o CEDIM/SC  
113 deveria solicitar a CEM/SC um posicionamento quanto ao desenvolvimento e a  
114 readequação do Projeto Campanha Unidades Móveis: Mulheres e Cidadania, bem como  
115 o chamamento de uma reunião do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Contra  
116 as Mulheres do Campo, da Floresta, das Águas e Quilombolas e a sua formalização por  
117 meio do decreto estadual. Ariane complementou quanto a necessidade solicitar a SST  
118 uma estrutura mínima para a CEM/SC para que se possa, entre outras ações, mobilizar e  
119 sensibilizar as ADRs quanto ao Projeto Campanha Permanente Unidades Móveis.  
120 Juliana informou que no dia 26 de junho de 2017, aconteceria uma reunião da SST junto



121 as ADRs e que seria importante a participação da CEM/SC para divulgar o referido  
122 Projeto e por conseqüência o cronograma das ações desenvolvidas. Patrícia falou que é  
123 importante ter a mensuração de resultado, para que se tenha conhecimento do perfil das  
124 mulheres atendidas pelo Projeto Campanha Permanente Unidades Móveis. Concluindo  
125 as avaliações das conselheiras que participaram das atividades Projeto Campanha  
126 Permanente Unidades Móveis, a Plenária deliberou pelos seguintes encaminhamentos:  
127 01) solicitação por meio de Ofício à SST, com cópia para a Diretoria de Direitos  
128 Humanos e CEM/SC, o chamamento de uma Reunião do Fórum de Enfrentamento à  
129 Violência Contra as Mulheres do Campo, da Floresta, das Águas e Quilombolas para  
130 que fossem tratados as ações de sensibilização e mobilização dos municípios por meio  
131 das ADRs, (orientação aos municípios quanto aos serviços a serem ofertados às  
132 mulheres, materiais informativos, entre outras), bem como as formas de mensuração,  
133 monitoramento e avaliação do Projeto Campanha Permanente Unidades Móveis. 2)  
134 solicitação da participação da CEM/SC na reunião que aconteceria no dia 26 de junho  
135 de 2017 em Florianópolis com as ADRs, para a divulgação do Projeto “Campanha  
136 Permanente Unidades Móveis: Mulheres e Cidadania” e 03) Sinalização da necessidade  
137 de ampliação de recursos humanos na composição da CEM/SC, visto a importância do  
138 trabalho que estava sendo desenvolvido naquele organismo de políticas para as  
139 mulheres. Com a chegada de Fabiana Lopes Ribeiro na Plenária, Sheila solicitou para  
140 que ela fizesse uma breve explanação sobre a sua participação nas atividades pertinentes  
141 ao Projeto Campanha Permanente Unidades Móveis. Fabiana Lopes Ribeiro disse que  
142 acompanhou no dia 19 de junho de 2017 as atividades preparatórias para a execução do  
143 Projeto junto as ADRs da Região Oeste. Falou ainda que foram realizadas duas reuniões  
144 ampliadas, a primeira no período matutino no município de São Miguel do Oeste, onde  
145 se reuniram municípios das ADRs de São Miguel dos Oeste, Maravilha, Itapiranga e  
146 Dionísio Cerqueira e a segunda no período vespertino foi realizada a reunião no  
147 município de Chapecó onde reuniram-se municípios de 07 ADRs. Fabiana Lopes  
148 Ribeiro mencionou que em ambas as reuniões a apresentação do Projeto Campanha  
149 Permanente Unidades Móveis foi complementada com a divulgação de fotos e vídeos  
150 das atividades anteriores. E que em sua percepção, houve interesse dos representantes e



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

151 técnicos dos municípios em desenvolver o Projeto. Todavia, inicialmente mostravam-se  
152 inseguros com a mobilização da rede setorial dos seus municípios. Fabiana Lopes  
153 Ribeiro disse que foi divulgado o Programa Juro Zero que é uma iniciativa do Governo  
154 do Estado, por meio da SDS e da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina  
155 (Badesc), em parceria com o Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas de Santa  
156 Catarina (Sebrae/SC) e as instituições de microcrédito catarinenses. O Programa Juro  
157 Zero tinha por objetivo incentivar o empreendedorismo apoiando a base da economia  
158 catarinense, e por conseqüência poderia contribuir com o empoderamento das mulheres.  
159 Fabiana Lopes Ribeiro mencionou que gostaria de participar de outras atividades em  
160 municípios mais próximos de Florianópolis, visto que o valor da diária não cobre por  
161 vezes o valor da hospedagem e da alimentação. Fabiana de Souza informou que Aretusa  
162 solicitou à Secretária Adjunta da SST, Sra. Reginete Panceri a disponibilidade de diária  
163 para que Fabiana de Souza pudesse acompanhar a Aretusa nas atividades do Projeto,  
164 mas, não foram autorizadas, visto o contenção dos gastos. Sheila pediu a atenção de  
165 todas as mulheres presentes para que Patrícia (que teria que se ausentar da Plenária  
166 naquele momento) pudesse dar um informe sobre Patrulha Maria da Penha. Patrícia  
167 falou que a Patrulha se caracterizava como uma experiência positiva, que vinha sendo  
168 executada em Chapecó, por iniciativa da Polícia Militar, em parceria com a delegacia de  
169 polícia, disponibilizando o atendimento policial especializado em ocorrências de  
170 violência doméstica. Patrícia elucidou que a Patrulha Maria da Penha tinha por objetivo  
171 garantir o cumprimento das medidas protetivas estabelecidas na Lei Maria da Penha e  
172 que existe também um projeto-piloto em Florianópolis, no Norte da Ilha, apoiado pela  
173 Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher e, em parceria com a Guarda Municipal de  
174 Florianópolis a referida Patrulha estava realizando a fiscalização na área central e  
175 continental de Florianópolis. Patrícia informou que participou de uma audiência pública  
176 e de uma reunião no município de Florianópolis, cujo objetivo foi fomentar a  
177 implantação oficial da Patrulha naquele município e complementou que tem  
178 conhecimento de que na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) estava  
179 tramitando o Projeto de Lei (PL) 20/2017 que prevê a criação das Patrulhas Maria da  
180 Penha, um atendimento policial especializado em violência doméstica que atua para



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

181 garantir o cumprimento das medidas protetivas estabelecidas na Lei Maria da Penha  
182 criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.  
183 Patrícia concluiu que seria importante o CEDIM/SC acompanhar a tramitação do PL  
184 20/2017, pois é preciso reconhecer que a Polícia Civil não tem conseguido suprir a  
185 grande demanda de trabalho. Outro informe evidenciado por Patrícia foi de que  
186 ministraria uma disciplina que trataria da violência doméstica, familiar e sexual contra a  
187 mulher no curso de formação de delegadas (os) e agentes da Polícia Civil. Em  
188 continuidade a pauta, Sheila informou que Fabiana de Souza, com base nas listas de  
189 presença das Plenárias Ordinárias do CEDIM/SC realizadas desde o mês de setembro de  
190 2016 - quando ocorreu a posse das conselheiras estaduais para a gestão 2016/2018 -, fez  
191 um levantamento da frequência e foi identificado a não participação efetiva de algumas  
192 conselheiras e por motivos de faltas ou ausências injustificadas fragilizavam a  
193 representação de algumas entidades da sociedade civil e órgão governamentais no  
194 Conselho. Por meio de uma planilha de Excel, Fabiana de Souza apresentou a  
195 frequência de todas as conselheiras e todas as situações que encontravam-se em  
196 desacordo com a Lei 16.945/2016 foram discutidas pela Plenária. Fabiana de Souza fez  
197 a leitura do artigo 5º da Lei 16.945/2016, que elucida que “Perderá a representação ou o  
198 mandato a Conselheira que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas,  
199 salvo mediante justificativa formulada por escrito e aprovada pelo Plenário do CEDIM-  
200 SC”. Assim, por deliberação da 5ª Reunião Plenária Ordinária seriam encaminhados  
201 Ofícios a Associação Estadual de Mulheres Camponesas de Santa Catarina; ICESPE,  
202 Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e Secretaria de Estado da Saúde para que  
203 no prazo de 30 dias a contar do recebimento do Ofício ratificassem ou indicassem novas  
204 conselheiras. Sheila pediu que os ofícios encaminhados às secretarias estaduais fossem  
205 também enviados com cópia para a SST e a Diretoria de Direitos Humanos. Fabiana de  
206 Souza pediu às conselheiras que quando não puderem participar das plenárias,  
207 encaminhem uma justificativa por email, para ficar registrado junto às listas de  
208 presença. Silvia colocou a importância do acompanhamento da frequência das  
209 conselheiras, pois considerava a necessidade da participação das secretarias e entidades  
210 nas decisões do Conselho. Silvia falou também que a conselheira titular Guerlinde



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

211 estava afastada para tratamento de saúde e que ambas conversaram para que Silvia  
212 participasse da 5ª Reunião Plenária Ordinária. Sheila falou que independentemente da  
213 participação das conselheiras titulares, as conselheiras suplentes também poderiam  
214 participar das atividades do CEDIM/SC e se inserirem nas comissões temáticas se  
215 tivessem disponibilidade. Em sequência a pauta, Sheila falou que embora tenha sido  
216 uma conquista a formação das comissões temáticas do CEDIM/SC existiam desafios e  
217 dúvidas sobre a efetiva atribuição e funcionalidade de tais comissões e que por sugestão  
218 de Fabiana de Souza à Mesa Diretora, foi elaborada uma proposta de Minuta de  
219 Resolução sobre o funcionamento das Comissões Temáticas do CEDIM/SC para que se  
220 pudesse avançar nas atividades desenvolvidas. Fabiana de Souza informou que era  
221 conselheira suplente do Conselho Estadual do Idoso (CEI) e que uma proposta de  
222 resolução também foi discutida naquele Conselho. Como um número expressivo de  
223 conselheiras não havia feito a leitura prévia da minuta de resolução, foi sugerido que  
224 todas fizessem a leitura e que enviassem por email as sugestões de adequações até a  
225 data de 30 de junho de 2017, pois a 6ª Reunião Plenária Ordinária seria no dia 04 de  
226 julho de 2017 e assim poderiam aprovar a resolução. Fabiana de Souza se  
227 responsabilizou em reenviar por email com a minuta de resolução. No que concerne ao  
228 Plano de Trabalho da Comissão Temática do Plano Estadual de Políticas para as  
229 Mulheres, Sheila falou que em 17 de fevereiro de 2017, houve uma reunião com os  
230 grupos de trabalho da Comissão Temática do Plano Estadual de Políticas para as  
231 Mulheres para que fosse elaborado um Plano de Trabalho e o cronograma das ações.  
232 Assim, foi elaborado o seguinte plano: Etapa 01: 1) Levantar por eixo as propostas das  
233 04 Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres; 2) Analisar e levantar dados  
234 do Plano Plurianual (PPA) por secretarias estaduais/relatório de execução, ações,  
235 projetos e programas que façam referência as mulheres e LBTs (mulheres lésbicas,  
236 bissexuais e transexuais); 3) Levantar dados de pesquisas do Estado de Santa Catarina  
237 sobre mulheres e LBTs; 4) Levantar os indicadores existentes no Estado de Santa  
238 Catarina sobre mulheres e LBTs; 5) Analisar as diretrizes das áreas. Etapa 02: 1)  
239 Reuniões setoriais; 2) Seminários; 3) Consulta Pública. Sheila falou que a Etapa 01  
240 deveria ser apresentada na 5ª Reunião Plenária do CEDIM/SC que aconteceria em junho



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

241 de 2017 e a Etapa 02 teria como data prevista para conclusão em dezembro de 2017.  
242 Sheila disse que mesmo diante das dificuldades em levantar os dados estaduais sobre  
243 execução de ações de defesa e garantia dos direitos da mulher, seria necessário retomar  
244 as atividades e revisar o Plano de Trabalho da referida Comissão para que fossem  
245 apresentados na 07ª Reunião Plenária Ordinária que seria realizada em agosto de 2017.  
246 Fabiana de Souza falou que a CEM/SC enviou os dados estatísticos sobre as tipificações  
247 da violência contra as mulheres em Santa Catarina que foram fornecidos pela SSP.  
248 Sheila pediu que Fabiana de Souza verificasse com a CEM/SC se foram encaminhados  
249 ofícios solicitando as demais secretarias estaduais os dados pertinentes a previsão no  
250 Plano Plurianual ou execução de ações voltadas a defesa e garantia dos direitos da  
251 mulher. E se não houvesse ocorrido a solicitação, o CEDIM/SC deveria encaminhar as  
252 secretarias com cópia a Diretoria de Direitos Humanos para que articulasse com os  
253 gestores estaduais no atendimento a demanda do Conselho. Silvia falou que trabalhava  
254 na Perícia Médica estadual e que havia participado de uma audiência pública onde  
255 foram apresentados dados que demonstram que o afastamento dos servidores públicos  
256 por doenças mentais e comportamentais ultrapassaram o afastamento por doenças  
257 osteomusculares. Silvia falou também que naquele mês encontravam-se afastados 25%  
258 do quadro funcional de servidores públicos, sendo 75% com diagnóstico de CID F.  
259 Silvia se responsabilizou em encaminhar por email ao CEDIM/SC os dados sobre o  
260 afastamento que poderiam contribuir para a construção do Plano Estadual de Políticas  
261 para as Mulheres. Não houve Informes das Comissões Temáticas. Informes Gerais:  
262 Sheila comunicou que foi encaminhado ao poder executivo de Jaraguá do Sul, o ofício  
263 07/CEDIM/SC datado de 08 de maio de 2017 onde o CEDIM/SC posicionou-se  
264 contrário e discordante quanto à possibilidade de que o município de Jaraguá do Sul  
265 transforme o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Comissão Especial e  
266 Permanente do Conselho Municipal de Assistência Social. Cópias do Ofício foram  
267 encaminhadas por email ao Ministério Público de Santa Catarina, ao Conselho  
268 Municipal dos Direitos da Mulher de Jaraguá do Sul e a Promotoria de Justiça daquele  
269 município. Sheila falou que a Mesa Diretora do CEDIM/SC, no dia 19 de junho de 2017  
270 por solicitação de Janice Merigo, Assessora Técnica em Assistência Social da



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

271 Federação Catarinense de Municípios (FECAM) participou de uma reunião que teve  
272 como pauta o desenvolvimento de ações que visem a sensibilização dos gestores  
273 municipais para a criação dos conselhos municipais dos direitos da mulher em Santa  
274 Catarina, bem como a formação/capacitação dos conselhos municipais já existentes,  
275 assim como a parceria na realização de um seminário previsto para o mês de novembro  
276 de 2017. A FECAM se responsabilizaria em organizar o calendário e a divulgação junto  
277 as associações de municípios e o CEDIM/SC ministraria as palestras cujo tema  
278 principal seria a sensibilização da importância dos conselhos e suas principais  
279 atribuições e competências. Caberiam as associações de municípios, a divulgação do  
280 evento, o local para a realização do encontro, o café e a hospedagem nos municípios  
281 mais distantes de Florianópolis para as conselheiras estaduais palestrantes que  
282 precisariam pernoitar. As conselheiras aprovaram a parceria e foi solicitado a Fabiana  
283 de Souza que encaminhasse um email à FECAM sinalizando a aprovação da Plenária  
284 para que se inicie a parceria de acordo com o objetivo proposto. Foi também informado  
285 por Sheila que o requerimento junto a Bancada Feminina da Alesc para a realização de  
286 audiências públicas em todo o Estado seria atendido e que seriam realizadas duas  
287 audiências públicas com o objetivo de subsidiar a construção do Pacto Estadual Maria  
288 da Penha visando a ampliação e o fortalecimento da implementação da Lei Maria da  
289 Penha no Estado. Sheila disse que a Mesa Diretora e a Comissão de Legislação, Normas  
290 e Orçamento do CEDIM/SC se reuniram com a Adriane Canan, Assessora da Bancada  
291 Feminina da Alesc para tratar da realização das 02 audiências públicas cujo tema central  
292 seria a Construção do Pacto Estadual Maria da Penha. A primeira audiência pública  
293 estaria prevista para o dia 08 de agosto de 2017, antecedendo os 13 seminários regionais  
294 (que contemplariam os municípios de Guarujá do Sul, Descanso, São Domingos,  
295 Chapecó, Caçador, Campos Novos, Ipumirim, Lages, Blumenau, Mafra, Joinville,  
296 Florianópolis e Orleans) e que estariam sendo organizados pela Bancada Feminina e  
297 cuja reivindicação seria oriunda do Movimento de Mulheres Camponesas. A segunda  
298 audiência pública estaria prevista para o dia 07 de março de 2018 (quando concluído os  
299 seminários), fomentando além da implementação do Pacto Estadual Maria da Penha a  
300 elaboração de uma carta das mulheres catarinenses ao poder público, elucidando e



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

301 cobrando medidas para o enfrentamento a violência contra a mulher. Sheila falou que  
302 junto a Fabiana de Souza e Carmem participaram enquanto reladoras da 1ª Conferência  
303 Estadual de Saúde da Mulher que aconteceu nos dias 13 e 14 de junho de 2017 em  
304 Florianópolis e que em sua percepção foi um momento de aprendizado, considerando as  
305 propostas discutidas pelos diversos segmentos de mulheres que se fizeram presentes.  
306 Sheila falou que seria importante o CEDIM/SC solicitar ao Conselho Estadual de Saúde  
307 uma cópia do relatório, pois poderia subsidiar a elaboração do Plano Estadual de  
308 Políticas para as Mulheres. Carmem relatou que observou na 1ª Conferência Estadual de  
309 Saúde da Mulher a necessidade de uma efetiva preparação das delegadas nas  
310 conferências municipais para que houvesse qualificação das discussões nos grupos de  
311 trabalho. Sheila falou que aconteceria a Conferência Estadual de Vigilância em Saúde e  
312 seria importante a participação das conselheiras do CEDIM/SC na organização da  
313 referida conferência. Fabiana de Souza informou que foi elaborada a manifestação de  
314 repúdio a Reforma da Previdência Social. Fabiana de Souza e Etel informaram sobre o  
315 Curso de defesa pessoal para mulheres oferecido pela Guarda Municipal de  
316 Florianópolis que aconteceria por meio de aula teórica e prática por cerca de 3 horas,  
317 onde seriam demonstradas técnicas de defesa pessoal e simulações de perigos reais para  
318 mostrar como se comportar nessas situações de risco, além de orientações sobre os  
319 procedimentos de denúncia em casos de violência contra a mulher. O curso seria  
320 oferecido em uma turma fechada em uma data melhor para ambas as partes e com uma  
321 limitação de 30 pessoas para que fique viável o espaço no Tatame. O curso seria  
322 oferecido nas dependências da Guarda Municipal de Florianópolis no bairro Coqueiros.  
323 Rua Capitão Euclides de Castro, 236 (cabeceira da ponte). Algumas conselheiras  
324 manifestaram interesse e Fabiana de Souza se responsabilizou em encaminhar por email  
325 as informações para verificar a disponibilidade das conselheiras em participar. Sheila  
326 fez o encerramento da 5ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC e agradeceu a  
327 presença de todas. Após o encerramento, eu, Fabiana de Souza, secretária executiva do  
328 CEDIM/SC lavrei a presente Ata.